

Norte e Sul. O conflito permanece

"Desenvolvimento significa interdependência, e ambos são pre-condições da sobrevivência da humanidade". (Comissão Norte-Sul, presidida por Willy Brandt)

L.G. NASCIMENTO SILVA

Perdura um conflito Norte-Sul no campo da economia e da finança. A dívida externa dos países em desenvolvimento, acumulada principalmente nos anos 70, continua sem solução à vista. Renovam-se os acordos com os credores externos, governos e bancos, mas nenhuma solução de natureza global é tomada pelos principais países credores do Terceiro Mundo ou dos países em desenvolvimento.

Ora, é preciso que o mundo desenvolvido repense os problemas econômicos-sociais em termos diversos, e entenda que cada um dos demais países tem direito, não a um desenvolvimento desordenado e ambicioso, mas a soluções que reflitam uma evolução normal de seus interesses, a projeção de suas reais possibilidades, as aspirações sociais e culturais de suas populações. É impossível estratificar o mundo apenas em termos de países desenvolvidos que o controlam tendo em vista somente seus interesses diretos, através do poderio econômico e monetário que já adquiriram, e de países submetidos à imposição de controles que lhe impeçam a exportação normal de seus produtos ou os submetam a preços deprimentes. É preciso que se compreenda que só através da manutenção de um sistema amplo de trocas comerciais a economia mundial se pode reconstituir.

Não é fácil certamente compor soluções para os vários problemas que afligem e desorganizam a economia atual. Essas soluções devem ser de natureza essencialmente política. Não serão os mesmos interesses econômicos os mais capazes de indicarem as soluções que permitam superar a crise atual. Só uma vontade política, nascida do consenso entre os principais países desenvolvidos, e que veja na perspectiva mais longa o interesse do futuro, poderá impor soluções de harmonização das tendências e concorrer para a construção de um mundo mais justo.

Algumas considerações, entretanto, se impõem como evidentes.

— A primeira é a da manutenção da abertura do sistema creditício. Fechar as fontes de crédito bancário por temor à crise ou pela ocorrência de desequilíbrios transitórios de devedores será repetirmos o mesmo erro de 1929. Não se reestabiliza a moeda simplesmente através da drástica negação de crédito. É preciso, isso sim, reordenar a concessão de créditos externos de acordo com a validade dos projetos, a que se destinam a financiar, e do controle de situações monetárias internas.

É preciso que se admita concorrência nos mercados desenvolvidos de produtos industrializados provenientes de países em vias de desenvolvimento. Um estudo da OCDE de 1979 mostra a reali-

dade desse novo aspecto da economia: países em via de desenvolvimento podem concorrer no mercado mundial vendendo produtos industrializados ou semi-industrializados tradicionais a preços competitivos, isso por fatores estruturais ou conjunturais. Disposto de matérias-primas, de mão-de-obra ou do emprego de equipamentos mais modernos e de maior produtividade e de outros fatores normais, podem esses países oferecer seus produtos a preço menor. A importação desses produtos pelos países industrializados não os prejudica. Isso porque as estatísticas mostram que a relação entre empregos "criados" pela exportação de produtos manufaturados para os países em via de industrialização e os "perdidos" por causa das importações provenientes destes se situa entre 0,75 e 0,95 na maior parte dos países desenvolvidos, ou seja: uma perda de empregos relativamente baixa. E mostra mais que essa diferença é amplamente compensada pelas exportações aos países não-industrializados de produtos mais sofisticados, possibilidade de exportação criada pelos créditos provenientes da importação dos produtos tradicionais. A manutenção, pois, de barreiras alfandegárias artificiais, como essas e outras, paralisam e reduzem o comércio internacional.

A natureza da produção industrial dos países desenvolvidos projeta-se, no momento, pela abertura da produção de produtos tecnologicamente mais sofisticados, produtos que são da maior essencialidade e são vendidos também a preços mais, muito mais, elevados. Ora, os países em desenvolvimento só podem continuar a adquiri-los se, pelas normais operações de comércio internacional, lhes for permitida a exportação, a esses países de tecnologia avançada, de produtos mais singelos e tradicionais e de preços mais reduzidos, como calçados, tecidos, e outros. Para tal, deverá acertar-se uma progressiva modificação do teor das exportações.

Será necessária, igualmente, uma revisão do sistema do GATT, através das negociações globais, que acertem novos critérios, como vem sendo pleiteado pela grande maioria dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Os países desenvolvidos opõem obstáculos vários à entrada de produtos de novos países, além das barreiras alfandegárias normais, submetendo-os ainda a cota, formais ou informais, subsídios governamentais, à concessão de preferências quase exclusivas aos produtos de produção nacional.

Continuarei a examinar em artigo próximo outros aspectos do conflito Norte-Sul, que, infelizmente, arrasta-se sem solução à vista.